



Autores

Luciano Ferraz
Marciano Seabra de Godoi
Werther Botelho Spagnol

CURSO DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Área específica

Direito Financeiro, Direito Tributário.

A obra trata dos temas fundamentais do Direito Financeiro e do Direito Tributário, com destaque para a harmonização da teoria e da prática, da doutrina e da jurisprudência, da academia e da militância profissional. A união de esforços dos autores — professores de importantes Universidades do cenário nacional, além de profissionais de destaque nas áreas de referência — possibilitou que o livro alcançasse o equilíbrio entre o didatismo e o aprofundamento teórico-pragmático. Trata-se, portanto, de manual de obrigatória leitura para as escolas de direito e para os diversos segmentos profissionais que lidam com finanças públicas e relações tributárias. É livro direcionado a estudantes de direito, advogados, magistrados e servidores do Poder Judiciário, membros e servidores do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e dos órgãos de Controle Interno e Finanças da Administração Pública.

Áreas afins

Direito Administrativo e
Direito Constitucional

Público-alvo/consumidores

Alunos dos cursos de graduação em Direito,
profissionais do Direito em geral.

FORMATO: 17 X 24 cm

CÓDIGO: 10001097

F382c

Ferraz, Luciano

Curso de direito financeiro e tributário/ Luciano Ferraz, Marciano Seabra de Godoi, Werther Botelho Spagnol.– 2. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2017.

468 p.

ISBN: 978-85-450-0206-2

1. Direito financeiro. 2. Direito tributário. I. Godoi, Marciano Seabra de. II. Spagnol, Werther Botelho III. Título.

CDD: 341.38

CDU: 347.73

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra de; SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de direito financeiro e tributário. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 468 p. ISBN 978-85-450-0206-2.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 17

PARTE I

DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1

ESTADO E ATIVIDADE FINANCEIRA 21

1.1 Estado e finanças públicas..... 21

1.2 Perspectiva histórica da atividade financeira do Estado 22

1.3 Aspectos gerais das finanças públicas brasileiras – Evolução recente e situação atual ... 26

1.3.1 Trajetória histórica da carga tributária brasileira e comparações internacionais..... 26

1.3.2 Composição da carga tributária brasileira segundo as bases de incidência.

Comparação internacional 28

1.3.3 Divisão da carga tributária entre os entes federativos – Antes e depois das transferências intergovernamentais. Influência da Constituição de 1988 e da guerra fiscal (ICMS) entre os Estados..... 29

1.3.4 Composição da carga tributária por espécies de tributo (contribuições x impostos)..... 30

1.3.5 Endividamento do Estado brasileiro e pagamento de juros. Evolução recente e sua relação com as metas de *superávit* primário e o aumento da carga tributária. Comparações internacionais 31

1.3.6 Perfil dos gastos públicos brasileiros e sua evolução recente 33

1.3.7 As finanças públicas pós-1988 e sua contribuição para a persecução dos objetivos fundamentais da República (art. 3º da Constituição) 37

1.4 Situação atual das finanças públicas e a Emenda Constitucional 95/2016 39

CAPÍTULO 2

DIREITO FINANCEIRO. VISÃO GERAL 43

2.1 Direito financeiro e Constituição 44

2.1.1 Federalismo cooperativo e competências para legislar sobre direito financeiro..... 44

2.2 Direito financeiro e legislação infraconstitucional..... 45

2.2.1 Lei nº 4.320/1964..... 45

2.2.2 Lei de Responsabilidade Fiscal 45

2.3 Princípios do direito financeiro 46

2.3.1	Princípio da legalidade	47
2.3.2	Princípio da economicidade.....	48
2.3.3	Princípio da transparência.....	48
2.3.4	Princípio da gestão fiscal responsável.....	50

CAPÍTULO 3

DESPESAS PÚBLICAS.....		51
3.1	Considerações gerais.....	51
3.2	Classificações.....	51
3.2.1	Despesas ordinárias e extraordinárias	52
3.2.2	Despesas orçamentárias e extraorçamentárias.....	52
3.2.3	Despesas correntes e despesas de capital.....	52
3.2.3.1	Despesas correntes.....	53
3.2.3.2	Despesas de capital.....	54
3.3	Estágios da despesa pública.....	56
3.3.1	Empenho	56
3.3.2	Liquidação	59
3.3.3	Ordenamento.....	59
3.3.4	Pagamento	61
3.3.4.1	Regime de adiantamento de despesa	62
3.4	Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	63
3.4.1	Requisitos para geração de despesas	64
3.4.1.1	Criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.....	64
3.4.1.2	Despesas obrigatórias de caráter continuado	67
3.4.2	Despesas de pessoal	67
3.4.2.1	Conceito de despesa com pessoal.....	68
3.4.2.2	Limites globais e específicos de gasto com pessoal	69
3.4.2.3	Respeito aos limites com despesa de pessoal	71
3.4.2.4	Situação atual quanto ao respeito aos limites com despesa de pessoal no âmbito dos Estados, dos Municípios e da União.....	72
3.4.3	Despesas com seguridade social – Art. 24 da LRF.....	74
3.4.4	Transferência voluntária – Art. 25 da LRF	75
3.4.5	Destinação de recursos públicos para o setor privado – Art. 26 da LRF	76

CAPÍTULO 4

RECEITAS PÚBLICAS		79
4.1	Considerações gerais.....	79
4.2	Evolução histórica e métodos de obtenção das receitas públicas.....	80
4.3	Classificações.....	81
4.3.1	Receitas originárias e derivadas	81
4.3.2	Ingressos e receitas públicas	81
4.3.3	Classificação legal das receitas públicas – Lei nº 4.320/1964	83
4.3.3.1	Receitas orçamentárias e extraorçamentárias.....	83
4.3.3.2	Receitas correntes e receitas de capital	84
4.4	Estágios da receita pública	84
4.4.1	Previsão	85
4.4.2	Lançamento	85
4.4.3	Arrecadação (recolhimento).....	86
4.5	Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	86
4.6	Repartição das receitas tributárias entre os entes federativos	89
4.6.1	Repartição das receitas tributárias da União em prol dos Estados e Distrito Federal.....	90
4.6.1.1	Imposto sobre a renda retido na fonte.....	90
4.6.1.2	Imposto residual de competência federal	91
4.6.1.3	IPI – Exportação	91
4.6.1.4	Cide Combustíveis.....	91
4.6.1.5	IOF Ouro	92
4.6.1.6	Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE)	93
4.6.2	Repartição das receitas tributárias da União em prol dos Municípios.....	97
4.6.2.1	Imposto sobre a renda retido na fonte.....	97
4.6.2.2	Imposto Territorial Rural.....	97
4.6.2.3	IOF Ouro	98
4.6.2.4	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	98
4.6.2.4.1	FPM Capitais	99
4.6.2.4.2	FPM Interior	99
4.6.2.4.3	FPM Reserva.....	100
4.6.3	Repartição das receitas tributárias dos Estados em prol de seus Municípios	100
4.6.3.1	Cotas-partes do ICMS	100
4.6.3.2	Repartição da parcela do IPI recebida pelos Estados	103
4.6.3.3	Repartição do IPVA	103
4.6.3.4	Repartição da Cide Combustíveis.....	103

4.6.4	Fundos de desenvolvimento regional	103
4.6.5	FUNDEB e cotas da contribuição do salário-educação	104
4.6.6	Demais regras constitucionais sobre o tema.....	106
4.7	Participações governamentais e compensações financeiras pela exploração de recursos naturais	106
4.7.1	Previsão constitucional e natureza jurídica	107
4.7.2	Espécies de participação no resultado da exploração de recursos naturais	108
4.7.3	Exploração e produção de petróleo e gás natural – Regime regulador misto. Regime de concessão e regime de partilha da produção.....	108
4.7.4	Participações governamentais na exploração de petróleo e gás natural	110
4.7.4.1	Bônus de assinatura.....	110
4.7.4.2	Pagamentos pela ocupação/retenção de área	111
4.7.4.3	<i>Royalties</i> nos contratos sob o regime de concessão. Base de cálculo e alíquota, divisão de sua arrecadação entre os entes federativos e restrições quanto à sua destinação	111
4.7.4.4	Nova regra de destinação obrigatória dos <i>royalties</i> para a educação pública e para a saúde (Lei nº 12.858/2013).....	114
4.7.4.5	Participações especiais. Normas de apuração e divisão de sua arrecadação entre os entes federativos	114
4.7.4.6	As distorções da divisão dos <i>royalties</i> segundo as Leis nº 7.990 e nº 9.478 e seu agravamento com a exploração dos recursos do pré-sal	115
4.7.4.7	Nova divisão dos <i>royalties</i> e participações especiais entre os entes federativos (Lei nº 12.734/2012). Veto presidencial derrubado no Congresso e medida cautelar deferida pelo Supremo Tribunal Federal, suspendendo os efeitos da nova divisão.....	118
4.7.4.8	<i>Royalties</i> nos contratos de partilha da produção. Vácuo legislativo atual quanto às regras para sua divisão entre os entes federativos	119
4.7.5	Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM).....	120
4.7.6	MG e PA: “Se não conseguimos aumentar a CFEM... criamos taxas em seu lugar”	121
4.7.7	RJ: “Se escasseiam os <i>royalties</i> e participações especiais... criamos taxas em seu lugar”	123

CAPÍTULO 5

CRÉDITO PÚBLICO	127	
5.1	Considerações gerais.....	127
5.2	Sistema de crédito público	128
5.3	Crédito público no Brasil.....	130
5.4	Considerações sobre endividamento público e classificação da dívida pública	131
5.4.1	Dívida fundada e dívida flutuante.....	131
5.4.1.1	Dívida fundada	131
5.4.1.1.1	Precatórios judiciais.....	132
5.4.1.2	Dívida flutuante	134
5.4.1.2.1	Restos a pagar.....	135
5.4.1.3	Serviços da dívida a pagar	137
5.4.1.4	Depósitos e débitos de tesouraria.....	137
5.4.2	Dívida mobiliária e dívida contratual	137
5.4.3	Dívida interna e dívida externa.....	137
5.5	Crédito público na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	139
5.6	Situação atual da dívida dos Estados perante a União Federal.....	142
5.7	Situação atual da dívida pública da União Federal.....	143
5.8	Situação atual do endividamento dos Municípios	143

CAPÍTULO 6

ORÇAMENTO PÚBLICO	145	
6.1	Considerações gerais.....	145
6.2	Leis orçamentárias.....	147
6.2.1	Natureza jurídica	147
6.2.1.1	Orçamento autorizativo e orçamento impositivo	150
6.2.2	Plano Plurianual (PPA).....	152
6.2.3	Lei de Diretrizes Orçamentárias	153
6.2.4	Lei Orçamentária Anual (LOA)	155
6.2.4.1	Elaboração da lei orçamentária.....	156
6.2.4.1.1	Veto absoluto impeditivo de despesas autorizadas no orçamento	158
6.3	Princípios orçamentários	158
6.3.1	Princípio da unidade.....	158
6.3.1.1	Fundos especiais	159
6.3.2	Princípio da universalidade	161
6.3.3	Princípio da exclusividade	161
6.3.4	Princípio da anualidade.....	162
6.3.5	Princípio da vedação de estorno.....	162
6.3.6	Princípio da programação	163
6.3.7	Princípio da clareza	164

6.3.8	Princípio da publicidade	164
6.3.9	Princípio do equilíbrio orçamentário.....	165
6.3.10	Princípio da não afetação.....	165
6.3.10.1	Repartição do produto de arrecadação de impostos.....	166
6.3.10.2	Ações e serviços públicos de saúde.....	166
6.3.10.3	Manutenção e desenvolvimento do ensino	167
6.3.10.4	Realização de atividades da administração tributária	168
6.3.10.5	Prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita.....	168
6.3.10.6	Prestação de garantia ou contragarantia à União por parte dos Estados e Municípios	168
6.3.10.7	Programa de apoio à inclusão e promoção pessoal.....	169
6.3.10.8	Fundo estadual de fomento à cultura.....	169
6.3.10.9	Desvinculação da Receita da União (DRU) – Da ECR nº 1/1994 à EC nº 68/2011	169
6.3.10.10	Desvinculação da Receita da União, Estados e Municípios – A EC nº 93/2016 e o avanço do processo de perda de identidade constitucional das espécies tributárias	170

CAPÍTULO 7

CONTROLE EXTERNO E INTERNO DAS FINANÇAS PÚBLICAS		173
7.1	Considerações gerais.....	173
7.2	Controle das finanças públicas – Perspectiva histórica.....	173
7.3	Controle das finanças públicas na Constituição de 1988	174
7.3.1	Controle externo	175
7.3.1.1	Controle parlamentar indireto ou colaborado.....	175
7.3.1.2	Controle pelo Tribunal de Contas.....	177
7.3.1.2.1	Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais dos Chefes do Executivo.....	178
7.3.1.2.2	Julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos (art. 71, II, CR/88).....	181
	a) Tomada de Contas Especial (TCE).....	181
	b) Natureza jurídica da decisão dos Tribunais de Contas nos processos de julgamento de contas.....	183
7.3.1.2.3	Registro de atos de admissão, aposentadoria, reforma e pensão.....	184
7.3.1.2.4	Inspeções e auditorias de natureza financeira, orçamentária, patrimonial e operacional.....	185
7.3.1.2.5	Outras atribuições.....	187
	a) Tribunal de Contas e composição	188
	b) Auditores ou ministros substitutos.....	189
	c) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	189
7.3.1.2.6	Controle Interno.....	190

PARTE II

DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1

DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E PODER DE TRIBUTAR		199
1.1	Justificativa atual do poder de tributar.....	199
1.2	Apontamentos introdutórios à definição legal de tributo	200
1.3	Definição legal de tributo	204
1.4	Direito tributário e autonomia científica.....	204

CAPÍTULO 2

DIVISÃO DO TRIBUTO EM ESPÉCIES		207
2.1	Apontamentos para a divisão do tributo em espécies	207
2.2	A insuficiência do fato gerador como baliza única para a divisão do tributo em espécies	209
2.2.1	A legitimidade do Poder de Tributar na conjuntura do Estado Democrático de Direito e a importância da destinação constitucional	209
2.2.2	A importância assumida pela destinação constitucional do produto da arrecadação	210
2.3	Interdependência entre ingressos e gastos públicos – Noção básica para a definição das espécies tributárias	211
2.4	As funções constitucionais específicas dos tributos	213
2.4.1	Os distintos objetivos buscados pelo legislador com a imposição dos tributos.....	214
2.5	Redução do tributo a espécies.....	214
2.5.1	A identificação da espécie por meio da análise da norma tributária.....	219

CAPÍTULO 3

PERFIL GENÉRICO DOS TRIBUTOS EM ESPÉCIE	227
3.1 Impostos.....	227
3.1.1 Impostos diretos e indiretos.....	228
3.2 Taxas	229
3.2.1 Taxas de serviço e taxas de polícia	230
3.2.2 Principais aspectos do regime jurídico das taxas segundo a jurisprudência do STF	231
3.2.3 Taxa e preço público.....	236
3.2.4 Relevância quantitativa das taxas no âmbito das receitas tributárias atuais dos entes federativos brasileiros. As recentes taxas de controle, fiscalização e monitoramento de atividades mineradoras e petrolíferas.....	238
3.2.5 A EC nº 93/2016 e a desvinculação orçamentária de recursos relacionados à arrecadação das taxas.....	241
3.3 Contribuições de melhoria	241
3.4 Empréstimos compulsórios.....	242
3.5 Contribuições especiais.....	243
3.5.1 Contribuições sociais.....	243
3.5.1.1 Contribuições sociais <i>stricto sensu</i>	244
3.5.1.2 O problema das contribuições sociais <i>lato sensu</i> (contribuições sociais gerais).....	246
3.5.2 Contribuições interventivas	250
3.5.3 Contribuições corporativas	252
3.5.4 Contribuição de iluminação pública.....	253

TÍTULO II O DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO 1	
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	257
1.1 Características da competência tributária.....	257
1.2 Outorga e repartição das competências tributárias	258
1.3 Regras para o exercício das competências tributárias.....	259
1.4 Observância da lei complementar de normas gerais como condição prévia ao exercício da competência tributária	260
CAPÍTULO 2	
LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER DE TRIBUTAR.....	263
2.1 Limitações constitucionais do poder de tributar no direito brasileiro. Plano de estudo.....	263
2.2 Legalidade e tipicidade.....	264
2.2.1 Art. 150, §6º, da Constituição – Uma limitação ao poder de não tributar	267
2.2.2 A legalidade nos impostos regulatórios.....	268
2.2.3 Legalidade tributária e medidas provisórias.....	269
2.2.4 Legalidade e instituição de tributo por emenda constitucional	270
2.2.5 Legalidade e definição do prazo de vencimento da obrigação tributária	270
2.2.6 Legalidade tributária e a taxa para expedição da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).....	270
2.3 Irretroatividade	271
2.4 Anterioridade	272
2.4.1 Da <i>anualidade</i> ou exigência de autorização orçamentária anual (CF de 1946, Carta de 1967) para o regime da <i>anterioridade</i> da lei tributária (EC nº 1/69, Constituição de 1988).....	272
2.4.2 Anterioridade tributária como garantia individual e cláusula pétrea.....	273
2.4.3 Anterioridade e medidas provisórias	274
2.4.4 Os atuais regimes jurídicos quanto à anterioridade tributária	276
2.4.5 Anterioridade, irretroatividade e a sombria – e persistente – Súmula nº 584 do STF.....	277
2.4.6 Anterioridade tributária e o que se deve entender por data de publicação da lei – O caso da Lei nº 8.383/1991 e da MP nº 812/1994.....	280
2.4.7 Anterioridade e medidas de prorrogação da vigência de tributos temporários.....	281
2.4.8 Anterioridade e alteração da data do vencimento da obrigação tributária	283
2.5 Igualdade e capacidade econômica.....	283
2.5.1 Tratamento do tema da igualdade tributária na Constituição de 1988	284
2.5.2 Tratamento do tema da capacidade econômica na Constituição de 1988.....	287
2.5.2.1 A tarefa de dar efetividade ao princípio da capacidade econômica e o acesso da fiscalização tributária a informações bancárias do contribuinte.....	289
2.5.3 Jurisprudência do STF sobre capacidade econômica e progressividade de alíquotas	291
2.5.3.1 IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel: RE 153.771 (1996), Súmula STF 668 (2010) e RE 602.347 (2016)	291
2.5.3.2 IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel após a EC nº 29/2000: RE nº 423.768 (2010).....	293
2.5.3.3 Impostos reais e progressividade fiscal: a alteração jurisprudencial manifestada no RE nº 562.045 (2013).....	294

2.5.4	Capacidade econômica e taxas	295
2.5.5	Capacidade econômica e capacidade contributiva	295
2.5.6	Capacidade econômica e imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) na jurisprudência do STF (RE nº 388.312 e RE nº 614.406)	296
2.6	Vedação de utilização de tributo com efeito de confisco	298
2.7	Vedação de tributos interestaduais e intermunicipais que limitem o tráfego de pessoas ou bens no território nacional	300
2.7.1	O pedágio e a jurisprudência do STF	301
2.8	Imunidades	302
2.8.1	Imunidade recíproca	302
2.8.1.1	Imunidade recíproca e impostos indiretos	304
2.8.1.2	Sentido de “patrimônio, renda e serviços” na jurisprudência do STF	305
2.8.1.3	Imunidade recíproca, empresas públicas e sociedades de economia mista	305
2.8.1.4	Possível alteração da jurisprudência do STF sobre o âmbito da imunidade recíproca e a sujeição passiva no IPTU – RE nº 434.251 e RE nº 601.720	307
2.8.1.5	Imunidade recíproca e responsabilidade tributária	308
2.8.2	Imunidade dos templos de qualquer culto	309
2.8.2.1	Cemitérios e imunidade dos templos	310
2.8.2.2	Imunidade dos templos e maçonaria	311
2.8.3	Imunidade (patrimônio, renda ou serviços) dos partidos políticos (incluindo suas fundações), entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei	312
2.8.3.1	Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos – Os “requisitos da lei”	313
2.8.3.2	Imunidade, quanto ao ICMS, da venda de mercadorias pelas instituições mencionadas no art. 150, VI, “c”, da Constituição. A questão da repercussão do ônus tributário	314
2.8.3.3	Imóveis das instituições do art. 150, VI, “c”, da Constituição alugados a terceiros. Súmula nº 724 do STF	315
2.8.3.4	Imunidade de entidades fechadas de previdência privada. Súmula nº 730 do STF	315
2.8.4	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão	316
2.8.4.1	Súmula nº 657 – Os insumos das editoras e empresas jornalísticas e a imunidade dos livros, jornais e periódicos	318
2.8.5	Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais brasileiros	319
2.8.6	Imunidade do art. 195, §7º, da Constituição	320
2.8.7	Outras imunidades	322
2.9	A norma do art. 150, §5º, da Constituição e a exigência de medidas de esclarecimento dos contribuintes sobre a imposição indireta	324
2.10	A norma do art. 150, §7º, da Constituição e a substituição tributária progressiva	325
2.10.1	O controverso e ainda indefinido problema da “imediate e preferencial restituição da quantia paga” no mecanismo da substituição tributária progressiva	326
2.11	Vedações à União previstas no art. 151 da Constituição	328
2.11.1	Proibição das isenções heterônomas e o caso dos tratados internacionais	329
2.12	Vedação aos entes estaduais e locais de discriminação tributária em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	331

TÍTULO III NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 1		
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA		337
1.1	Fontes formais do direito tributário	337
1.2	Regulamentação da reserva de lei em matéria tributária – Art. 97 do CTN	339
1.3	O art. 98 do CTN e os tratados internacionais para evitar a dupla tributação da renda e do capital	341
1.3.1	Noções introdutórias sobre o direito dos tratados	341
1.3.2	Os tratados internacionais e sua relação com o direito interno – Jurisprudência tradicional do STF e sua recente alteração	342
1.3.3	A EC nº 45/2004 e a alteração da jurisprudência do STF no que diz respeito ao <i>status</i> hierárquico dos tratados internacionais	344
1.3.4	O artigo 98 do Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF	346
1.4	Normas complementares e proteção da confiança do contribuinte	348
1.5	Vigência e aplicação da legislação tributária	349
1.5.1	Aplicação <i>imediate</i> da legislação a fatos geradores <i>futuros</i> e <i>pendentes</i> – A regra do art. 105 do CTN e suas possíveis compreensões	350
1.5.2	Aplicação retroativa da lei sancionadora mais benigna (art. 106, II, do CTN)	351
1.5.3	Aplicação retroativa de lei <i>expressamente interpretativa</i> (art. 106, I, do CTN) e o caso da LC nº 118/2005	352

1.6	Interpretação e integração do direito e da legislação tributária	355
1.6.1	Em que consiste o ato de interpretar e aplicar o direito?.....	355
1.6.2	O direito tributário deve ser interpretado como qualquer outro ramo do direito?.....	358
1.6.3	Análise das normas do CTN sobre interpretação e integração do direito tributário – Arts. 108 a 112.....	359
1.6.3.1	Art. 108	360
1.6.3.2	Art. 109	362
1.6.3.3	Art. 110	363
1.6.3.3.1	O conceito constitucional de “serviço de qualquer natureza”, o art.110 do CTN e a jurisprudência do STF	366
1.6.3.4	Art. 111	368
1.6.3.5	Art.112	370

CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA	371
2.1 Obrigação tributária	371
2.2 Fato gerador da obrigação tributária	372
2.2.1 Modalidades de fato gerador	372
2.2.2 Dissimulação da ocorrência do fato gerador – A norma do art. 116, parágrafo único, do CTN e o combate aos planejamentos tributários abusivos no direito brasileiro	373
2.2.2.1 Os conceitos de elisão, evasão e elusão tributária.....	373
2.2.2.2 Elusão tributária, normas gerais, fraude à lei e abuso do direito	375
2.2.2.3 Breve síntese sobre a evolução histórica do combate à elusão tributária no Brasil – Do Anteprojeto de Código Tributário Nacional à LC nº 104/2001	375
2.2.2.4 O conceito amplo e causalista de simulação como a efetiva norma geral antielusão em vigor no ordenamento brasileiro	379
2.2.2.5 Conclusão.....	381
2.2.3 Fato gerador da obrigação tributária e atos ilícitos	381
2.3 Sujeição ativa	382
2.4 Sujeição passiva – Contribuinte e responsável	383
2.4.1 Sujeição passiva direta	384
2.4.1.1 Contribuinte	384
2.4.1.2 Responsável por substituição.....	385
2.4.2 Sujeição passiva indireta.....	387
2.4.2.1 Responsabilidade dos sucessores.....	387
2.4.2.2 Responsabilidade de terceiros	391
2.4.2.3 O artigo 135 do Código Tributário Nacional e sua interpretação/aplicação pelo Superior Tribunal de Justiça.....	392
2.4.3 Convenções particulares e sujeição passiva.....	396
2.4.4 Capacidade Tributária.	397
2.4.5 Domicílio Tributário do sujeito passivo	397
2.5 Solidariedade.....	397
2.6 Responsabilidade por infração	399
2.6.1 Exclusão da responsabilidade – Denúncia espontânea e seus efeitos	400

CAPÍTULO 3

CRÉDITO TRIBUTÁRIO	403
3.1 Constituição do crédito tributário – A figura do lançamento	404
3.1.1 Antecipação do pagamento e lançamento por homologação	406
3.1.2 Formalização do crédito tributário pelo próprio contribuinte.....	407
3.1.3 Outros aspectos do lançamento.....	408
3.1.4 Revisão/alteração do lançamento	409
3.1.4.1 Alteração do critério jurídico do lançamento	410
3.2 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	411
3.2.1 Moratória	412
3.2.2 Depósito do montante integral	413
3.2.3 Reclamações e recursos administrativos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.....	414
3.2.4 Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em ações judiciais	415
3.2.5 Parcelamento	415
3.3 Extinção do crédito tributário	417
3.3.1 Pagamento	417
3.3.1.1 Consignação em pagamento	420
3.3.1.2 Pagamento indevido e a sua restituição	421
3.3.1.2.1 Restituição de tributos indiretos.....	423
3.3.1.2.2 Prazo para pleitear a devolução do indébito.....	423
3.3.2 Compensação	425
3.3.3 Transação	428
3.3.4 Remissão	429
3.3.5 Decadência e prescrição.....	429

3.3.6	Outras hipóteses de extinção do crédito tributário	433
3.4	Exclusão do crédito tributário.....	434
3.4.1	Isenção	434
3.4.2	Anistia	439
3.5	Garantias do crédito tributário	441
3.5.1	Preeminências	441
3.5.2	Criação de garantias específicas	443
CAPÍTULO 4		
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		445
4.1	Fiscalização	445
4.2	Dívida ativa	450
4.3	Certidões negativas	455
REFERÊNCIAS		459